

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

1000015118-8/2006-DR/PR

FAEP

CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

www.faep.com.br | www.twitter.com/SistemaFAEP

Ano
XXV

nº
1100

14 a 20 de
junho de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

DÍVIDAS: um
roteiro para domá-las



pág 6



MEIO AMBIENTE | PÁG 02

Agência Câmara

O relatório do novo Código Florestal

» Os Estados Unidos têm uma produção de grãos quase quatro vezes superior à do Brasil, pela lógica agrídica muito mais a natureza. Por que as ONGs não se movem contra a agressão da agricultura norte-americana à natureza?

» A Reserva Legal, da maneira como está na legislação atual, apresenta “precariedades, limites e possibilidades de sua aplicação em território continental, diversificado, desigual e carregado de desequilíbrios como é o caso do Brasil”

A apresentação
do relatório do
deputado ALDO
REBELO, na
Câmara Federal



2

Capa

Código Florestal



Divulgação

6

Dívidas

As orientações sobre os "papagaios"



8

Araucárias

Alternativa de preservação

11

Safra

O que o PAP não conta

12

Opinião

Motoserra sem ideologia

16

Via Rápida

A imprensa, a baleia azul, a vodka, o gato e o periquito e a "inteligência" nacional



Divulgação

18

Cursos SENAR-PR

Mulher Atual, Agrinho, comportamento, gado e posses



20

Previdência

O segurado especial

22

Últimas

Preferência feminina

23

Sindical

O Departamento Sindical em ação

100 mil



“ O Código Florestal Brasileiro está apoiado na melhor tradição jurídica nacional. Seus problemas não devem ser buscados nos seus princípios, mas sim nas absurdas alterações que sofreu em anos recentes, que o tornaram uma caricatura de si próprio, um arremedo de seu espírito original”

Aldo Rebelo

Na semana passada, em Brasília, sob o fogo cerrado de ambientalistas e ONGs, e o escudo de representantes dos produtores rurais, o deputado Aldo Rebelo, do PC do B, leu as 100 mil palavras contidas em 269 páginas do seu relatório na Comissão Especial que trata do novo Código Florestal. Rebelo e o presidente da Comissão, o deputado paranaense Moacir Micheletto, não mostravam um documento vazio, abstrato, mas o retrato completo de dezenas de depoimentos colhidos e audiências públicas (quase 70) obtidas no duro trabalho que traz a fisionomia do uso da terra no Brasil. E sua regulação.

Rebelo citou estudos que indicam que a Reserva Legal, da maneira como está na legislação atual, apresenta “precariedades, limites e impossibilidades de sua aplicação em território continental, diversificado, desigual e carregado de desequilíbrios como é o caso do Brasil”.

De acordo com o relatório, será mantida a obrigatoriedade de Reserva Legal de 20% na Mata Atlântica, 35% no Cerrado e 80% na Amazônia. As pequenas propriedades, de até quatro módulos, serão dispensadas da Reserva Legal, mas permanecerão com a obrigação de manter Área de Preservação Permanente (APP) para a conservação do solo e das águas.

Outra definição do relatório com relação ao instituto da Reserva Legal é que os estados ficarão obrigados a acatar a norma nacional na forma atual ou constituindo reservas coletivas mediante Zoneamento Ecológico-Econômico, Planos de Recursos Hídricos ou estudos técnicos e científicos realizados por órgãos oficiais de pesquisa.

No caso das áreas atualmente em uso, estas serão tomadas como espaço consolidado da atividade agrícola e da pecuária até que, no prazo de cinco anos, cada estado defina a adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Pelo mesmo prazo, não será permitida a abertura de novas áreas para a agricultura ou pecuária.

Para o deputado, o Brasil enfrenta uma agenda ambiental que não existe

palavras

**REBELO e
MICHELETTO:**
relatório e longos
debates



Wenderson Araujo

nos países ricos mas que, paradoxalmente, nos é imposta justamente por essas nações. “O chamado protecionismo verde junto com as denominadas “cláusulas sociais” defendidas pelos países ricos nada mais são do que uma ferramenta poderosa para defender sua própria indústria e seus empregos”, diz.

“Se a agricultura, aos olhos das ONGs, é uma atividade agressora do meio ambiente, e se os Estados Unidos têm uma produção de grãos quase quatro vezes superior à nossa, é de se supor que, por lógica, agridam muito mais a natureza. Por que, então, as ONGs internacionais que promovem a tentativa de aniquilamento da ampliação da agricultura brasileira não se movem contra a pretensa agressão da agricultura norte-americana à natureza?”

* VOTAÇÃO

Depois das eleições?

Nesta terça feira, a Comissão Especial se reúne novamente para discutir o Código. Segundo o deputado Moacir Micheletto, a ideia é votar o substitutivo na Comissão Especial no dia 23 deste mês, diante da probabilidade de se apresentar pedidos de vistas no próximo encontro, adiando novamente o debate. Como o tema é polêmico, o relatório tem dividido os parlamentares. Deputados ligados ao setor rural argumentam que seguidos adiamentos da votação podem postergar uma decisão da Câmara para depois das eleições de outubro. Já os ambientalistas alegam a falta de tempo hábil para ler o relatório e que precisam avaliá-lo com mais calma. “O relatório foi entregue e agora cabe à comissão analisá-lo, discuti-lo e votá-lo”, disse Aldo Rebelo.

SEGUE NA PÁG 4 >>>>>>

A Ética na vida pública

por **Ágide Meneguette** *

Em manifestações públicas e em textos divulgados de forma oficial pelo nosso Boletim, tenho colocado de forma clara a minha posição e da diretoria da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) sobre um quesito senão o principal, fundamental na vida pública: ética.

Embora o sistema sindical esteja proibido por lei de fazer política partidária, isso não significa que alguém que esteja exercendo um cargo público tenha o direito de se achar acima de nós, cidadãos. Vereadores, prefeitos, deputados, governadores e até o presidente da República são servidores públicos, portanto nossos servidores, eleitos e pagos por nós. Todos eles nos devem satisfações de seus atos e, se eleitos, devem atender as aspirações da sociedade.

Quando eles, no exercício dessas funções, extrapolam os limites da lei e defenestram a ética, resta o caminho da punição pela Justiça e pelas urnas.

A série de denúncias veiculadas pela RPC e Gazeta do Povo sobre ocorrências na Assembleia Legislativa devem ser apuradas sem subterfúgios ou chicanas jurídicas. Ninguém está acima da lei.

Cleverson Beje



* **ÁGIDE MENEGUETTE** é presidente do Sistema FAEP

* Esta nota foi publicada no Boletim Informativo do Sistema FAEP nº 1091, (semana de 12 a 18 de abril), reiterado agora.

As principais propostas

DESMATAMENTO | Nos próximos cinco anos não será permitido o corte raso de novas áreas de floresta nativa para a abertura de áreas destinadas à agricultura e pecuária.

Neste período serão discutidos e implementados os mecanismos previstos na legislação, tais como os Zoneamentos Ecológicos Econômico e os Planos de Regularização Ambiental.

ÁREAS CONSOLIDADAS

Manutenção das atividades agropecuárias, florestais com edificações, benfeitorias em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008, desde que sejam adotadas práticas de conservação do solo e dos recursos hídricos. O produtor deve fazer o cadastramento da propriedade no órgão ambiental estadual.

ÁREAS DE USO RESTRITO

Nas várzeas, a supressão de vegetação nativa somente será permitida por lei estadual que defina sistema de exploração sustentável, fundamentado em recomendações técnicas do órgão competente.

Não será permitida a conversão de vegetação nativa situada em áreas de inclinação entre 25° (vinte e cinco graus) e 45° (quarenta e cinco graus) para uso alternativo do solo, salvo recomendação dos órgãos oficiais.

INSTRUMENTOS ECÔNOMICOS

O Poder Público instituirá medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente às iniciativas de preservação voluntária de vegetações nativas; manejo florestal sustentável realizado na propriedade rural, recuperação ambiental de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal e recuperação de áreas degradadas.

O Poder Público manterá programas de pagamento por serviços ambientais em razão de captura e retenção de carbono, proteção da biodiversidade, proteção hídrica, beleza cênica ou outro fundamento previsto na legislação específica.

A preservação voluntária de vegetação nativa configura serviço ambiental, a ser remunerado nos casos, formas e condições estabelecidas na legislação específica.

As questões apontadas pelo relatório do deputado Aldo Rebelo

Fotos: Arquivo



ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Os Estados poderão aumentar ou reduzir em até 50% os limites das áreas de preservação permanente (mata ciliar), desde que o façam com base em recomendações técnicas decorrentes do Zoneamento Ecológico Econômico ou Plano de Bacia Hidrográfica.

Mantido o conceito de área de preservação permanente.

Continua prevendo as faixas de preservação ao longo de cursos d'água (mantendo a mesma lógica da legislação atual) e, acrescentam na lei novos limites, que não estão presentes na legislação vigente. O Relatório prevê poucas mudanças para áreas de preservação permanente.

A novidade é que para os cursos d'água de menos de 5 (cinco) metros de largura a APP deverá ser de 15 (quinze) metros, podendo ser reduzida a 7,5m pelos Estados. Áreas de várzeas não são consideradas Área de Preservação Permanente desde que estejam fora dos limites das áreas APP, a menos que ato do Poder Público disponha em contrário.

Outra novidade importante é que o Relatório permite o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.



O Relatório baseou-se no art. 24 da Constituição Federal de 1988, no qual a União deve se limitar a estabelecer normas de caráter geral e, logo, incumbe aos Estados a produção de normas específicas, que levem em consideração as suas particularidades.

O Relatório permite que os Estados participem da produção de normas ambientais, desde que atendam aos princípios gerais definidos pela legislação federal e que suas decisões sejam pautadas em critérios técnicos que possam atender aos aspectos ambiental, social e econômico.

A seguir os principais pontos discutidos no relatório:

PLANOS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

O Relatório adotou sistemática semelhante à prevista no Decreto Federal 7.029/09, prevendo a elaboração de Planos de Regularização Ambiental (PRA), de modo que sejam discutidos e definidos quais as melhores formas de atender às exigências da legislação ambiental no que se refere às áreas de preservação permanente, levando em consideração a realidade de cada região.

Nas áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, as multas e demais sanções aplicadas em razão das condutas que acarretaram a consolidação da área ficarão suspensas, até que o Plano de Regularização Ambiental defina como deve ocorrer a regularização de tais atividades.

Caso não seja adotado o Plano de Regularização Ambiental no prazo de 5 anos, a propriedade deverá ser adequada observando todos os critérios e limites estabelecidos diretamente na lei federal.

A exploração nessas áreas ficará submetida à decisão do Programa de Regularização Ambiental (PRA), definido com base em critérios técnicos e autorizadas mediante licenciamento do órgão ambiental estadual.

Os Planos de Regularização Ambiental devem ser elaborados pelos Estados e deverão prever as medidas de recomposição dessas faixas ao longo dos cursos d'água com base em critérios técnicos.

RESERVAS LEGAL | Os Estados, ao elaborarem os Planos de Regularização Ambiental, poderão redefinir as áreas de reserva legal em razão de suas peculiaridades regionais.

Ficam mantidos os mesmos percentuais previstos na legislação atual (80% e 35% na Amazônia e 20% para o resto do país).

Estabelece a Reserva Legal com função de uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural.

Prevê instrumentos para viabilizar a recomposição da reserva legal, quando necessária, através de doação de áreas inseridas em unidades de conservação, ou pela participação em um Fundo Estadual destinado à regularização fundiária de unidades de conservação.

Prioriza a efetiva implantação de grandes maciços florestais ao invés de pequenos fragmentos isolados dentro da propriedade.

As propriedades rurais de até 4 módulos fiscais ficarão desoneradas de área de Reserva Legal.

As demais propriedades poderão utilizar as áreas de preservação permanente no cálculo da Reserva Legal desde que as APP's estejam recuperadas ou em processo de recuperação e o proprietário do imóvel tenha requerido inclusão no cadastro ambiental.

Admite-se a exploração econômica da reserva legal mediante plano de manejo florestal sustentável.

No caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título será considerada a área do imóvel antes do fracionamento, para fins de cálculo de área de Reserva Legal.

No caso de desmembramento do imóvel rural a área de Reserva Legal original será averbada na matrícula de todos os imóveis resultantes.

FAEP faz orientações sobre dívidas

STJ garante a produtor direito de pedir prorrogação

O produtor que está sem renda para quitar a parcela de 2010 do crédito rural oficial por problemas de rentabilidade recomenda-se protocolar carta de pedido de prorrogação da parcela. Os modelos de carta estão disponíveis no site da FAEP em “**Dívidas Agrícolas - orientações aos produtores**” (logo abaixo das notícias do site http://www2.faep.com.br/destaques/dividas_rurais.php). No entanto, o produtor deve verificar também se isso não impedirá seu acesso a novos financiamentos por conta do aumento do risco no agente financeiro.

Operações de Custeios

Não há necessidade de edição de novas normativas do Banco Central para prorrogar custeios, tendo em vista que o Manual do Crédito Rural (MCR) já prevê a prorrogação.

O MCR determina que independentemente de consulta ao Banco Central é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento ao mutuário, em consequência de:

- a** | dificuldade de comercialização dos produtos;
- b** | frustração de safras, por fatores adversos;
- c** | eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Não importa se a dívida originária é de custeio de safras anteriores que foi parcelada ou da safra atual. Vale ressaltar que os agentes financeiros calculam toda a renda proveniente da venda da produção obtida e de seguros em caso de perdas e esses valores são amortizados nos financiamentos.

A seguir transcrição da Súmula 298 do STJ, que entende que o produtor tem direito a requerer a prorrogação: “O alongamento de dívida originada de crédito rural não constitui faculdade da instituição financeira, mas, direito do devedor nos termos da lei”.

Investimentos do BNDES

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução 3.772 e o BNDES publicou a Circular SEAGRI n. 03/2010. Trata-se de uma autorização para os bancos renegociarem a parcela deste ano das dívidas de operações de investimento contratadas com recursos do BNDES e equalizadas pelo Tesouro Nacional, inclusive do Finame Agrícola Especial.



Recentemente foram inclusas também as parcelas de operações de crédito de investimento efetuadas com recursos do BNDES, vencidas entre 1º/7/2009 e 1º/3/2010.

Os bancos só poderão renegociar até 8% de suas respectivas carteiras de crédito desses investimentos com vencimento em 2010. Os vencimentos poderão ser postergados para o fim dos contratos ou redistribuídos nas parcelas restantes. Os produtores terão que pagar os juros da parcela de 2010, mas ficarão impedidos de contratar novos financiamentos de investimento até amortizarem integralmente a parcela de 2011.

Como protocolar os pedidos

Recomenda-se protocolar o pedido de prorrogação de custeio ou investimento com 15 dias de antecedência do vencimento com laudo técnico assinado por assistente técnico e um quadro de capacidade de pagamento mostrando receitas e custos da safra. Protocolar sempre o pedido em duas vias, guardando a via que foi protocolada com recebido do gerente. Caso o gerente se negue a receber, fazer a entrega do documento utilizando os serviços do cartório de títulos e documentos (três vias de igual teor e datadas).

O encalhe do trigo

Armazéns abarrotados,
preços baixos e o MAPA se cala

Cerca de 500 mil toneladas de trigo estão "encalhadas" em armazéns do Paraná, o maior produtor nacional do cereal. A quantidade corresponde a 16% do total produzido por ano no Estado e a 8% da produção nacional do grão. De acordo com a Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), o produto acumulado é de safras passadas e não tem comprador no país, que importa cerca de metade do consumo, principalmente da Argentina. A Faep aponta uma série de entraves para o encalhe: carga tributária elevada e falta de logística para levar o produto de navio para zonas consumidoras (como Norte e Nordeste), além de pouca intervenção do governo em leilões para garantir preço mínimo competitivo ao trigo. Dado da Faep aponta que o custo da saca de trigo está em R\$ 33, mas o preço de mercado não passa de R\$ 23.

O cenário negativo vem em um momento de aumento da produção do setor no Paraná, bastante castigado em 2009 pelas chuvas que causaram a quebra da safra. O aumento de produção estimado pelo Deral (Departamento Econômico Rural, vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura) para este ano será de 11% em comparação ao ano passado.

Desestímulo

Mesmo com maior produtividade, o economista Pedro Loyola, da Faep, vê na menor área plantada um sinal claro de que o produtor está desistindo de investir no trigo devido ao baixo preço e a entraves envolvendo a cultura. A lavoura ainda continua sendo mantida, segundo Loyola, por questões técnicas de preparo do solo, cujo objetivo é ajudar a combater doenças e a preservar a terra para culturas de outras épocas do ano, como a soja. O início da colheita do trigo está previsto para julho.

"Hoje é mais fácil arrumar um navio que sai de Buenos Aires para desembarcar o trigo de lá no Brasil do que uma embarcação que possa alcançar o mercado interno saindo do porto de Paranaguá", compara o economista.

O Ministério da Agricultura informou que não iria se pronunciar sobre os problemas relatados pelos triticultores.

(Dimitri do Valle/FSP)



BANCO DO BRASIL

Securitização

Os gerentes do BB estão entrando em contato com os produtores que querem quitar a dívida de securitização, ainda em junho, com os benefícios da Lei 11.775/2008. Nesse caso, os produtores devem analisar se é mais vantajoso continuar pagando as parcelas até 2025 ou se o desconto dado e a liberação de garantias com possível aumento de limite de crédito é interessante.

Nesse momento vale uma conversa com o seu gerente para ele explicar como ficará o limite de crédito no banco com a quitação da dívida e fazer uma simulação dos descontos. O prazo de 30/06/2010 é para efetivar o aditivo (impressão e formalização, inclusive registro em cartório), também para os produtores que estão sendo chamados para aderir a uma exclusão da correção do preço mínimo do contrato. Segundo o banco, quando a parcela é paga atrasada, além de perder o bônus de adimplência, a operação é corrigida pelo preço mínimo do milho, o que é desvantajoso. Logo, a assinatura dessa adesão é interessante para os produtores, sendo que os gerentes das agências estão aptos a sanar qualquer dúvida sobre essa operação.



Arquivo

Ela já cobriu 40% do Estado e esteve presente em um terço do sul do país. Mas, a exploração desenfreada no século passado quase eliminou a araucária dos campos paranaenses. Hoje, por causa do perigo de extinção, a árvore é protegida pela legislação estadual e federal e considerada praticamente intocável pela maioria dos produtores.

Nos dias atuais, a araucária está presente em menos de 1% do Paraná e chega a 2% na região sul. Para mudar esse quadro e ajudar na preservação, a Embrapa Florestas quer incentivar a exploração sustentável e a produção comercial da espécie. “A melhor forma de preservar é mediante o uso”, explica o pesquisador Ivar Wendling. “É preciso desmistificar essa imagem de planta intocável”, acrescenta o chefe de pesquisas da Embrapa Florestas.

Para conseguir sucesso na empreitada, Wendling e outros pesquisadores da Embrapa, entidade localizada em Colombo, na grande Curitiba, estão buscando sensibilizar o produtor rural. Além disso, esperam ter o apoio de outras entidades para informar a população. “A legislação, que tem um objetivo nobre de preservar a biodiversidade, muitas vezes acaba sendo interpretada de maneira errada. Temos que mudar isso”, diz Wendling.

Com as pessoas conscientes do uso sustentável da araucária, a Embrapa buscará o melhoramento genético da planta e trabalhar a engenharia de alimentos. “Queremos disponibilizar materiais genéticos que deem ao produtor a ferramenta técnica para que ele faça o que se preconiza”, diz.

O trabalho, porém, não será fácil, principalmente porque a concorrência é grande. Segundo os pesquisadores, pinus e eucalipto, por exemplo, já estão mais avançados geneticamente. Essas espécies, consideradas exóticas, são as preferidas pelas empresas privadas. “Esse é um dos motivos da araucária ficar em segundo plano. É melhor investir em pesquisa de espécies que já têm essa base tecnológica do que começar do zero com materiais selvagens, como a araucária e a erva-mate”, avalia Wendling.

Outro ponto contra é o tempo de maturação da madeira. A idade para o corte da araucária é, atualmente, de pelo menos 20 anos. Em contra partida, um eucalipto leva praticamente um terço desse tempo, em torno de seis ou sete anos. Um dos trabalhos da Embrapa é justamente reduzir o tempo de maturação, antecipando o corte para que o retorno dos investimentos aconteça de forma mais rápida.

Uma alternativa araucária

Embrapa planeja incentivar cultivo da espécie e recompor parte da floresta nativa no Paraná



va à árvore

A árvore-símbolo do Paraná

O pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) ou pinheiro-brasileiro é a única espécie do gênero Araucária encontrada no Brasil. A espécie foi inicialmente descrita como *Columbea angustifolia* Bertol, em 1819.

É a árvore símbolo do estado do Paraná, das cidades de Curitiba e Araucária (região metropolitana de Curitiba), além das localidades paulistas de Campos do Jordão, São Carlos, Taboão da Serra e Itapeverica da Serra.

As sementes, os pinhões, eram importantes na alimentação indígena e ainda hoje são iguarias que inspiram muitas receitas. Medem cerca de quinze milímetros de largura na parte mais larga e cerca de dez centímetros de comprimento. As pinhas pesam vários quilogramas e podem atingir o diâmetro de cerca de trinta centímetros.

A espécie é de grande importância, pois controla a qualidade da fauna e flora do bioma. Seus pinhões servem de alimento para pequenos animais no inverno, porque nesta época do ano quase não existem frutos e néctars.

Pontos fortes

Apesar das barreiras, a Embrapa acredita no projeto, baseado nos pontos fortes do cultivo da araucária. Os pesquisadores julgam que uma boa plantação significa patrimônio para o produtor. Isso porque a madeira é altamente valorizada. Uma tora de 40 cm de diâmetro pode valer até R\$ 180 o m³, ou seja, três vezes mais que o pinus.

Além disso, há possibilidade da produção de pinhão e de manejo sustentável em áreas de reserva legal. Por ser uma espécie nativa, a araucária tem um potencial muito grande na recomposição das APPs. O Código Florestal permite o uso de espécies exóticas, mas prevê a substituição progressiva por espécies nativas até dezembro de 2014.

Diversidade

A araucária tem ainda outros benefícios. Há possibilidade de fazer a exploração de sistemas agroflorestais. Isso porque nos três primeiros anos de plantio, a araucária pode ser consorciada com culturas como o milho para cobrir os custos de manutenção da floresta.

O pinheiro também pode ser uma boa opção para a implementação de sistemas agrosilvopastoris. Neste caso oferece sombreamento para o gado, ideal em pequenas propriedades, onde o agricultor pode fazer integração produtiva, sem a necessidade de imobilizar uma área unicamente para florestas plantadas.

Outra boa fonte de renda é a exploração sustentável do pinhão. Para isso, a Embrapa busca antecipar a produção, que atualmente, pode demorar até 12 anos. Os pesquisadores também trabalham alternativas para agregar valor ao produto in natura. A área de tecnologia de alimentos da entidade defende o alto teor nutricional do pinhão.

Além disso, apresentam outros aspectos positivos como proteína, fibra e amido. Segundo os pesquisadores do Embrapa, a farinha pode ser usada para fazer pães, bolos, doces, salgados, conservas e patês. No caso da farinha, pode ser produzida dentro da propriedade, sem grandes investimentos. Apenas um exemplo do que pode ser feito se houver a estruturação da cadeia produtiva, principalmente através da agroindustrialização.

(Com Gazeta do Povo)

78ª assembleia
geral de
delegados
da OIE



As conclusões da OIE

Em Paris, delegados dos 176 países aprovam normas e prioridades para a sanidade e bem-estar animal no mundo

A missão permanente da OIE teve sua denominação alterada de segurança sanitária para a de “melhorar a sanidade e o bem-estar animal no mundo”. Durante a 78ª Sessão Geral Anual da Assembleia Mundial dos Representantes da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, em maio passado, foi regulamentado pelos delegados dos 176 países as novas competências delegadas à OIE.

A Assembleia também delimitou as regras no comércio internacional de animais e produtos que definem e distinguem o papel das normas públicas e privadas e a sua complementaridade no domínio dos aspectos sanitários e no campo do bem-estar. O objetivo é trabalhar a sanidade e a qualidade evitando conflitos, permitindo a coexistência, explorando possibilidades de colaboração, beneficiando produtores e consumidores de todo o mundo.

Ao longo dos últimos anos, principalmente da última década, o volume e a velocidade do comércio internacional sofreram profundas mudanças. Houve aumento do poder e da interferência do consumidor que está cada vez mais preocupado com sistemas de produção, aspectos de segurança alimentar e bem-estar animal. Para tentar atender as novas exigências foram desenvolvidas normas privadas que entraram em conflito com a segurança. “Podem haver muitos critérios de avaliação de qualidade, mas alimento saudável é alimento saudável. O critério deve ser único e científico”, afirma o superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi, que junto com o consultor Antonio Poloni representaram o Sistema FAEP no evento.

A OIE, provavelmente em 2012, será a única entidade credenciada a normatizar as questões ligadas à sanidade no mercado mundial. Os requisitos de qualidade são deixados ao cargo do setor privado, conciliando interesses entre segurança e qualidade.

* BEM-ESTAR ANIMAL

Outra decisão importante foi a inclusão do bem-estar animal como ferramenta para avaliação de serviços veterinários. A legislação veterinária terá normas sobre bem-estar e o tema fará parte da grade dos cursos de formação continuada dos 176 países. Os critérios para definição de bem-estar animal serão sempre científicos e respeitarão os sistemas de criação. Dentro disso, a prioridade da OIE é contribuir com os países membros na adequação dos currículos de ensino veterinário, uma vez que se constatou o distanciamento do meio acadêmico das demandas das normas sanitárias, dificultando o cumprimento de acordos.

Poloni explica que é papel das instituições a busca de adequação de seus currículos em conformidade com as exigências de mercado aos produtos de origem animal. “O sistema Faep tem buscado essa parceria com as instituições de ensino, o Conselho Regional e as instituições alertando para a revisão dos currículos”, disse.

O Guinness Book da agricultura

“O endividamento é crônico e ninguém no governo fala sobre o assunto”



O governo federal lançou o Plano Agrícola e Pecuário PAP 2010/11 no dia 7 de junho. Como faz antes do começo da nova safra, e em ano eleitoral, não poderia ser diferente, divulgam os valores que passam da casa dos bilhões como nunca antes na história desse país. É capaz do Plano Agrícola entrar para o “Guinness Book of Records” e até fazer parte do PAC do governo federal.

No dia seguinte, os jornais estampam: “116 bilhões para os agricultores! Safra recorde”. Alguns repetem que é o maior Plano Safra do mundo. Mal sabem que esse volume de recursos cobre apenas 25% da demanda por crédito no campo e é um capital de giro que embute um endividamento, que também é recorde. A dívida está pegando todos os produtores, independente de tamanho.

O endividamento é crônico e ninguém no governo fala sobre o assunto ou das contas dos produtores que não fecham em 2010. No Paraná é muito preocupante a inadimplência da linha Pronaf dos pequenos produtores, dos programas de financiamento de máquinas agrícolas dos médios e grandes produtores e em breve dos custeios alongados de safras passadas. Serão pagos de que forma, se milho, café e trigo estão no prejuízo e a soja está empatando, às vezes nem isso, com o custo de produção?

Além da falta de apoio à comercialização da safra 2009/10, devido aos baixos preços, os pagamentos de AGFs e PEPs de milho, feijão e trigo estão atrasados, pois o governo não tem recursos para pagar uma conta de R\$ 300 milhões com os produtores.

Quanto ao Plano

O governo esqueceu que criou um Programa de Seguro Agrícola e agora está recuando na liberação de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio. Um verdadeiro retrocesso da política agrícola. O setor utilizou R\$ 260 milhões ano passado, o que cobre apenas 10% da área de agricultura do Brasil. Esse ano o governo orçou apenas R\$ 238 milhões, enquanto o setor necessita de R\$ 600 milhões. Muitas seguradoras deixaram de oferecer seguro de trigo, fruticultura e milho safrinha.

Uma das novidades do plano foi a criação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) para financiamento de tecnologias na lavoura que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, como o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. A outra foi a ampliação de prazo para pagamento em doze anos do financiamento de armazéns para produtores.

Os juros de custeios e investimentos foram mantidos e, por enquanto, os preços mínimos da PGPM não foram reduzidos. Que tal o governo lançar um Plano Agrícola com validade de cinco anos e com regras claras de atuação e orçamento da política agrícola?

No próximo Boletim Informativo da FAEP será publicada uma matéria especial sobre o PAP 2010/11, para os produtores conhecerem em detalhes as linhas de crédito e todas as condições de financiamentos da próxima safra que devem chegar aos agentes financeiros em julho.



* PEDRO LOYOLA é economista e coordenador do DTE/FAEP
pedro.loyola@faep.com.br



* XICO GRAZIANO é agrônomo e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

e-mail: xico@xicograziano.com.br

Fonte: O Estado de S. Paulo

Há quem imagine que pequenos agricultores sejam mais ecológicos que grandes produtores rurais. Políticos que se julgam de “esquerda” propagam que a agricultura familiar faz bem à natureza, enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente. Pura ideologia. Nunca nenhum estudo da realidade comprovou isso.

O equívoco desse pensamento mostra origens remotas. Desde 1775, quando o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, em seu famoso discurso sobre a origem da desigualdade, conceituou o “bom selvagem”, constrói-se certa imagem de que o homem perdeu sua pureza no processo civilizatório. Antes, vivia em harmonia total. Depois, chegou a maldade sobre a Terra.

O raciocínio bem-aventurado procura se aplicar, hoje, aos indígenas. Ambientalistas argumentam que os povos da floresta, na Amazônia, por exemplo, vivem de forma ecológica. Avatar, belo filme, sublima essa questão, agradando sobremaneira aos defensores da natureza. Antropólogos, todavia, não corroboram facilmente tal ideia.

Orlando Villas Bôas, uma lenda nacional, afirmava serem os índios, que conhecia tão bem, nada ecológicos. Ao visitar a Unesp de Jaboticabal, nos anos 1980, contou uma pequena história aos alunos de Ciências Agrárias. Disse o grande indigenista que, certo dia, ao ver um índio derrubar uma palmeira de açaí para lhe retirar o cacho e colher os negros frutinhas, perguntou-lhe: “Por que você não sobe e corta apenas o cacho, sem derrubar a palmeira?”

O índio não entendeu: “Qual é o problema?”

“Ora”, retrucou Villas Boas, “evitar a devastação da floresta!”

Mas o índio explicou: “Não se preocupe. Eu corto esta palmeira aqui, mas lá tem outra, outra lá adiante, tá cheio de açaizeiro por aí...”. Para o índio, era infinito o estoque de palmeiras. Podia surrupiar à vontade.

Sem entender a História não se compreende a questão ambiental de nosso tempo. A pressão sobre os recursos naturais do planeta tornou-se um problema apenas após a intensa industrialização do século 19. Sua plena percepção ocorreu

Motosse ideol



tão somente há 50 anos, quando a agenda da degradação entrou na preocupação pública. Quem criou o problema ecológico foi a explosão populacional humana.

Nem os brasileiros coletores da floresta, nem os índios norte-americanos caçadores de bisões tinham pensamento ecológico. Estes, quando descobriram os rifles dos mercadores de peles, ajudaram a destruir, sem piedade, o rebanho dos peludos bichões. A tecnologia potencializou a destruição da natureza.

No Brasil, a discussão sobre ecologia e tamanho da propriedade permeia os estudos sobre reforma agrária. Os agraristas ortodoxos, normalmente de origem comunista, nunca mostraram nenhuma predileção pelo tema da preservação ambiental. Sempre propugnaram pela desapropriação das “áreas ociosas” no campo, pouco se importando se elas estavam cobertas com florestas originais. Sua

“ Quem criou o problema ecológico foi a explosão populacional humana. Nem os brasileiros coletores da floresta, nem os índios norte-americanos caçadores de bisões tinham pensamento ecológico ”

Terra sem Ideologia



visão produtivista se aproximava da manifestada pelos desbravadores do território, com a diferença, claro, de que a terra deveria estar dividida, não concentrada. Menos mal.

Na história da reforma agrária brasileira contam-se infindáveis casos em que os projetos de assentamento rural recaíram sobre valiosas áreas naturais, seja em florestas densas do Pará ou de Mato Grosso, seja nos remanescentes de mata atlântica interiorana, seja nos frágeis ecossistemas litorâneos do sul da Bahia ou no Rio Grande do Norte. Onde procurar se acha um estrago ecológico, cometido em nome do combate à miséria rural.

O complicado tema veio à tona da opinião pública em 1997, num relatório apresentado à CPI do Congresso Nacional que investigava a atuação de madeiras asiáticas na Amazônia. O então deputado federal Gilney Vianna, do PT-MT, demonstrou que 50% do desmatamento da região

advinha dos assentamentos de reforma agrária. Os pequenos desmatavam tanto quanto os grandes. Deu um quiproquó na esquerda.

Nota do núcleo agrário do PT desmoralizou o relatório e enquadrou seu político rebelde, baixando o silêncio sobre o assunto. A senadora Marina Silva, defensora dos assentamentos extrativistas, também se aquietou. Mas não havia como tapar o sol com a peneira. Os sem-terra, tanto quanto madeireiros e grandes fazendeiros, faziam arder a floresta sem dó. Machado e motosserra não têm ideologia.

Novos estudos, mais recentes, especialmente os conduzidos pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), comprovam que boa parte da pressão contra a floresta amazônica se origina da reforma agrária. Sem maldade. Nem exclusivo é da Hileia. Na caatinga nordestina, que sofre uma tremenda ameaça, a lenha vira cinza na cozinha das famílias pobres do Semiárido. Subsistência básica.

Meses atrás, quando Carlos Minc ainda ocupava o Ministério do Meio Ambiente, patrocinou-se uma proposta estranha que concedia brechas no Código Florestal para os agricultores familiares, discriminando os demais produtores. Nada indica que esse favorecimento ajude a preservação ambiental do País. Reservas florestais belíssimas são mantidas por grandes fazendeiros.

A ideia do “small is beautiful” serviu a Ernest Schumacher, um visionário escritor inglês de origem germânica que defendia, na década de 1970, as tecnologias brandas, menos intensivas em recursos naturais. Seu famoso livro com esse título inspirou esse viés do ambientalismo, ultrapassado pelo avanço da tecnologia. Qualidade ambiental independe do tamanho do negócio rural.

Passarinhos que o digam. Eles nunca perceberam distinção entre as crianças que os caçam impiedosamente com estilingue e os adultos que os aprisionam para cantar na gaiola. Quem faz a diferença é a consciência humana. Depende da educação.

“ O então deputado federal Gilney Vianna, do PT-MT, demonstrou que 50% do desmatamento da região advinha dos assentamentos de reforma agrária. Os pequenos desmatavam tanto quanto os grandes. Deu um quiproquó na esquerda”

A solução para o gargalo ferroviário do PR

FAEP defende o ramal por Ipiranga como o melhor e mais econômico transporte ao agronegócio



* NILSON HANKE CAMARGO é engenheiro agrônomo, responde por logística de transportes na FAEP

O transporte dos produtos do agronegócio no Paraná tem se restringido praticamente a apenas dois modais: o rodoviário e o ferroviário, ambos, há mais de dez anos, com uma participação de 70% e 30%, respectivamente.

Embora um dos objetivos da privatização do setor ferroviário no país tenha sido a melhoria na prestação dos serviços, constata-se que pouca coisa mudou e, em alguns aspectos ficou muito pior, principalmente na disponibilidade da malha existente com a desativação de trechos e na qualidade e preços dos serviços ao usuário.

O principal problema no sistema ferroviário paranaense, sob o ponto de vista dos agentes do agronegócio, é o gargalo no trecho da serra da Esperança, entre os municípios de Guarapuava e Ponta Grossa, obsoleto para os volumes de cargas atuais que transitam nos dois sentidos e para a engenharia ferroviária, hoje com concepção tecnológica mais moderna.

Para solucionar o problema, ao longo dos anos tem-se observado propostas de alternativas. Algumas duvidosas pela forma como foram apresentados, outras discutíveis pela inexistência de levantamentos efetuados e o conteúdo das justificativas apresentadas. Sob nossa avaliação, a opção de solução mais legítima passam obrigatoriamente pela opinião dos profissionais da extinta Rede Ferroviária Federal, em função do conhecimento das condições ferroviárias da região e as experiências adquiridas ao longo do tempo em que foi administradora e operadora do trecho.

A FAEP, representante os produtores rurais, dos maiores usuários do trecho, cujo volume de cargas se destina principalmente às exportações via porto de Paranaguá.

Consciente de não ser do ramo ferroviário, a Federação procurou se cercar das informações mais precisas para a solução do problema e para isso ouviu e consultou especialistas com credibilidade no setor. Estes asseguraram que a solução mais viável seria a construção de um ramal ferroviário para Ipiranga, desviando o trecho crítico da descida da serra da Esperança. Por que Ipiranga? Ora, por esse município passa um dos trechos ferroviários mais modernos do Estado, a ferrovia Central do Paraná, cujo destino final é Ponta Grossa, e que seria o ponto de entroncamento evitando o gargalo existente.

Para essa alternativa já foi elaborado um pré-projeto construtivo e alocados recursos no PAC I, retirados por relutância e indecisões do governo estadual.

Nossa experiência em projetos nos indica que nenhum deles tem a probabilidade de se tornar viável e exequível sem que haja o levantamento dos aspectos técnicos, econômicos, financeiros, sociais e ambientais; até agora não apresentados satisfatoriamente. Portanto, a FAEP mantém sua posição pela alternativa de solução para o ramal entre Guarapuava a Ipiranga, até que sejam apresentadas sob os aspectos de viabilidade apontados alternativas diferentes.



Trecho crítico Guarapuava-Ponta Grossa. Detalhes para os dormentes deploráveis e aclives acentuados

FAEP quer que governo honre compra do feijão

Entidade também quer mudanças no leilão de milho e novos leilões de trigo

Governo prometeu AGF para o feijão e agora está deixando produtor na mão

A FAEP encaminhou na última semana ofícios ao Ministério da Agricultura (MAPA) e para a Secretaria Estadual de Agricultura (SEAB), visando evitar prejuízos aos produtores rurais do Paraná. Em dois deles, a entidade de defesa do agronegócio paranaense solicita providências em relação ao feijão, milho e trigo. Em outro, o pedido é em relação à avicultura e suinocultura.

Feijão

Ao MAPA, a FAEP pede que sejam honradas as compras do feijão, conforme política já estabelecida e anunciada. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) está intimando produtores do grão para que resgatem seus lotes nos armazéns, sem que a compra seja efetuada.

Os produtores de feijão, principalmente pequenos e médios, já tiveram despesas com transporte para entrega do produto, além de assumirem compromissos após a formalização da aquisição por parte da CONAB.

Milho

Em outro ofício encaminhado ao MAPA, a FAEP solicita melhoria dos prêmios dos leilões de milho, uma vez que a situação no mercado é ruim. Os levantamentos mostram preços estáveis na faixa de R\$ 14,57 por saca, abaixo do custo de produção e do preço mínimo de garantia.

Para se ter uma idéia do problema, o leilão de Prêmio de Escoamento do Produto - PEP - realizado dia 8 de junho teve resultado negativo no Paraná. Do total ofertado (120 mil toneladas) apenas 48% foi comercializado (58 mil toneladas). O MAPA fez alterações no leilão dividindo o Estado do Paraná em duas regiões para beneficiar também as regiões mais distantes do porto, mas os prêmios estabelecidos não agradam os produtores.

Com isso, na região 1 (Norte e Oeste do Paraná) o valor do prêmio fechou em R\$ 3,71 por saca



Cleverson Beje

(deságio) e foram negociadas 46 mil toneladas (80 mil toneladas ofertadas). Já na região 2, com municípios próximos de Paranaguá, das 40 mil toneladas ofertadas foram comercializadas somente 30% (12 mil toneladas). Isso ocorreu porque os prêmios nos patamares estabelecidos não fecham conta para viabilizar o escoamento do grão.

A FAEP também solicitou novos leilões para trigo para escoar as 500 mil toneladas da última safra.

Avicultura e suinocultura

Em relação à SEAB, a FAEP solicita que seja revista a metodologia utilizada para a verificação de preços na suinocultura e avicultura. Desta forma, o pedido é que haja aumento no número de agentes consultados pelo Departamento de Economia Rural - DERAL.

A FAEP entende que o levantamento realizado pelo DERAL tem grande relevância para o agronegócio paranaense, principalmente na formação de preços e decisões públicas e privadas relativas à agropecuária.

As Comissões de Suinocultores e Avicultores da FAEP indicaram que, além dos compradores (indústrias), também os vendedores (produtores rurais) deveriam ser consultados para que sejam levantados preços mais precisos.

Atualmente, os preços divulgados da avicultura são os referentes aos pagos às indústrias e não aos valores pagos aos produtores rurais, o que distorce a realidade do mercado.

Fotos: Arquivo

DEU NA IMPRENSA

Invasão chinesa

» Para um país que até 2009 quase não aparecia nas estatísticas do Banco Central sobre investimentos estrangeiros no Brasil, a China começou 2010 de maneira surpreendente, com anúncios de projetos que envolvem US\$ 9,7 bilhões. Esse número significa quase um terço do valor total dos recursos externos destinados a atividades produtivas que o Brasil recebeu no ano passado.

O Estado de S. Paulo

Suinós em alta

» Os preços da carne suína na exportação tiveram valorização em maio. O preço médio do produto ficou em US\$ 2.563 por tonelada no mês passado, 29,34% acima de igual período de 2009, segundo a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs). Enquanto a receita com a carne exportada subiu 15% na mesma comparação, para US\$ 118 milhões, o volume caiu 11%, para 46.028 toneladas. De acordo com a Abipecs, o embarque diminuiu por conta de uma menor venda para a Rússia.

Valor Econômico

No topo da Magirus

» Uma pesquisa do grupo alemão GfK mediu a credibilidade de 20 profissões e instituições. No Brasil os resultados mostram que os bombeiros estão em primeiro lugar em confiança, com 98% de aprovação dos brasileiros. Em seguida aparecem os carteiros com 92% de aprovação. Em seguida, professores e exército. Nos últimos lugares encontram-se os executivos de bancos, sindicatos, policiais e funcionalismo público e com a eterna lanterna na mão os políticos.

Gazeta do Povo

“Qual o problema de não utilizar a palavra casamento gay? O importante é ser a favor do direito”

Da candidata do PV à presidência da República,
MARINA SILVA



Baleia Azul

» O chamado do macho da **BALEIA AZUL** é o mais ruidoso da Terra, com espantosos 188 decibéis. (O show de rock médio - não o pauleira - atinge 100 decibéis.) Os machos usam esse chamado ensurdecedor e grave para atrair companheiras a centenas de quilômetros de distância.



Azarões

» Os russos são considerados os mais azarados do mundo. Pelo menos é isso que dá para concluir depois de ler a lista de mortes acidentais da Organização Mundial da Saúde. Eles se envenenam e se queimam sem querer mais que nenhum outro povo. Motivo: **VODCA**.



}}

BEM NA FOTO

O gato e... o canarinho em tempos de Copa do Mundo

» Aqueles que eram acostumados a assistir desenhos do gatinho **FRAJOLA** e o passarinho **PIU-PIU** vão achar estranho o comportamento do gato e do periquito na foto. Os dois deixaram as diferenças de lado e convivem em plena harmonia. Ou então, embalados pela Copa do Mundo, se uniram para torcer pelo Brasil. Há ainda aqueles que apostam que também por causa do Mundial da África do Sul, o gatinho respeitou o periquito. Se fosse um canarinho, eterno apelido da Seleção Brasileira, estaria no papo!



725

» é o número de **SHOPPINGS** em funcionamento no Brasil



147 milhões

» de toneladas. Esta é a safra recorde de **GRÃOS**, segundo a CONAB



É primavera!

» Na primavera, além de mais quentes, os dias se tornam mais longos e as noites, mais curtas. Somente durante a primavera e o outono que o sol nasce rigorosamente a leste e se põe a oeste.

“Explicações” de redações de estudantes em vestibulares

» Quando o olho vê, ele não sabe o que está vendo, então ele manda uma foto elétrica pro cérebro que explica pra ele.

» Nosso sangue divide-se em glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e até verdes!

» O pai de D. Pedro II era D. Pedro I, e de D. Pedro I era D. Pedro O.

» Em 2020 a previdência não terá mais dinheiro pra pagar os aposentados, graças à quantidade de velhos que se recusam a morrer.

» O verme conhecido como solitária é um molusco que mora no interior mas é muito sozinho.

» A Terra se vira nela mesma, e esse difícil movimento denomina-se arrotação.

» Lenini e Stalone eram grandes figuras do comunismo na Rússia.

» Quando os egípcios viam a morte chegando se disfarçavam de múmia.

» O sul foi colocado embaixo do norte pois é mais cômodo.

» Biologia é o estudo da saúde. E para beneficiar a saúde é que o Dr. Fontoura inventou o biotônico.

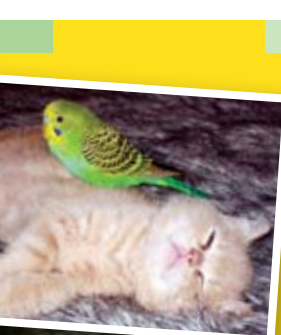


Fonte: <http://maryvillano.blogspot.com/>

Fotomontagem: Simon Taylor

Coisa de pobre...

» A rua comercial mais cara do mundo, é a **QUINTA AVENIDA**, no centro de Nova York. Lá o aluguel de um metro quadrado custa em média 11 364 euros por ano, ou cerca de 31 mil reais por mês.



MOSAICO

As ervilhas e a velhinha

» Uma velhinha de 80 anos foi presa por roubar em um supermercado.

O juiz perguntou a ela:

- O que a senhora roubou?

E ela respondeu:

- Uma lata pequena de pêssegos.

- Qual foi o motivo do roubo, minha senhora?

- Eu estava com fome, seu Juiz.

- E quantos pêssegos tinha dentro da lata?

- Seis pêssegos.

O Juiz proferiu a sentença:

- Então, eu vou prender a senhora por seis dias.

Antes que o Juiz pudesse terminar, o velhinho, marido da velhinha, perguntou se poderia falar sobre o acontecido.

O Juiz autorizou.

E o velhinho:

- Eu queria só acrescentar que ela também roubou uma lata de ervilhas.



Regrinhas de português

» **“Fazer” cinco anos.** Fazer, quando exprime tempo, é impessoal: Faz cinco anos. Fazia dois séculos. Fez 15 dias.

» **“Houveram” muitos acidentes.** Haver, como existir, também é invariável: Houve muitos acidentes / Havia muitas pessoas / Deve haver muitos casos iguais.

GENTE FALSA 3



Cruzeiro do Oeste

No último dia 29 de maio, Shoiti Yoshioka assumiu a presidência do Sindicato Rural de Cruzeiro do Oeste. Julio César Meneguetti e Joaquim Ferreira Afonso assumiram como vice-presidentes da diretoria com mandato para o triênio 2010/2013.

Maria Helena

José Pazin foi reeleito presidente do Sindicato Rural de Maria Helena. O sindicato terá José Martins Ferreira como vice-presidente e Ismar Magliorini como secretário. A diretoria assume o sindicato para o triênio 2010/2013.

Bela Vista do Paraíso

Dionísio Domingos Mata foi reeleito presidente do Sindicato Rural de Bela Vista do Paraíso e terá Daniel Catelli Salomão como vice-presidente e Stefan Carlos Heinz Stremlow assume como secretário da diretoria. A posse ocorreu dia 29 de maio e estará à frente do sindicato até junho de 2013.

PEROBAL

Manejo de gado leiteiro

O Sindicato Rural de Perobal e o SENAR-PR realizaram, de 20 a 22 de maio, o curso de Manejo de Gado Leiteiro. Grande parte dos produtores rurais do município atua na pecuária leiteira, o que fez do curso uma importante ferramenta na capacitação da mão de obra. O instrutor do SENAR-PR, Newton Jodas Gonçalves, orientou os participantes.



Castro

Em 24 de março, foi iniciado, em Castro, o Curso de Desenvolvimento Comportamental orientado pela instrutora do SENAR-PR, Débora Ferreira de Siqueira. O curso contou com a participação de 16 produtores rurais e foi realizado na sede da Cooperativa Castrolanda.

Mulher atual

CARLÓPOLIS



ASSIS CHATEAUBRIAND



SÃO JOÃO



Ponta Grossa e Irati

O SENAR-PR realizou o curso de Desenvolvimento Comportamental para funcionários dos Sindicatos Rurais de Ponta Grossa e Irati. São abordados três pilares durante treinamentos: desenvolvimento humano, desenvolvimento de competências e desenvolvimento educacional. São 128 horas de curso em encontros quinzenais e a turma conta com 17 participantes, orientados pela instrutora do SENAR-PR, Débora Ferreira de Siqueira.



Produtores De Olho na Qualidade

No dia 21 de maio aconteceu o encerramento do curso De Olho na Qualidade para uma turma de Palotina. O curso foi realizado pelo Sindicato Rural de Palotina, SENAR-PR e empresa C. Vale. A instrutora do SENAR-PR, Sandra Percia Fernida Ventorim, orientou os produtores rurais abordando temas como organização do espaço da propriedade, higiene, descarte e demais processos referentes às atividades agrícolas.



Movimento Amanda

A turma do curso Mulher Atual de Carlópolis, orientada pela instrutora do SENAR-PR, Adriane Castanho de Lima, desenvolveu o Movimento Amanda - Grupo de Apoio a Portadores de Câncer e Leucemia Óssea. As 24 participantes divulgam no município, através de palestras, faixas e panfletos, a importância da doação de sangue e de medula óssea. O curso terminou no dia 27 de maio, mas as atividades do grupo continuam.



CAMPINA DA LAGOA

Carga Pesada

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa, em parceria com o SENAR-PR, realizou o curso de Treinamento Específico Para Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Produtos Perigosos (MOPP). O curso é uma exigência necessária para a renovação do certificado dos condutores de produtos perigosos. O curso aconteceu de 17 a 21 de maio e foi orientado pelo instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Jurandir Pedro Hartmann. Durante o curso foram abordados os temas: direção defensiva; prevenção de incêndio; elementos básicos de legislação; movimentação de produtos perigosos e meio ambiente e cidadania.



Qualidade de vida

No dia 13 de maio teve início as atividades da turma do curso Mulher Atual de Assis Chateaubriand. As agricultoras serão orientadas pela instrutora do SENAR-PR, Neuci Cicheroli Dias. Durante os encontros busca-se despertar as potencialidades de cada participante e consequentemente melhorar a sua qualidade de vida.



Segunda turma

Após o sucesso alcançado pelo curso Mulher Atual em São João, o Sindicato Rural e o SENAR-PR iniciaram a segunda turma do curso. No dia 12 de maio aconteceu o primeiro encontro que será orientado pela instrutora do SENAR, Marisa Mior Arcosi. Temas como autoestima, ética e direitos da mulher estão na programação do curso.



Cadastramento do segurado especial



* JOÃO CANDIDO DE OLIVEIRA NETO é consultor de Previdência Social da FAEP

Foi lançado em Cascavel, com a presença do Ministro da Previdência Social e outras autoridades, o Programa de Cadastramento dos Segurados Especiais, conforme a Lei nº. 11.718, de 20 de junho de 2008. Este programa tem como objetivo identificar o produtor rural que explora a atividade agropecuária, em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, em área igual ou menor de quatro módulos fiscais. Ele facilitará a comprovação da atividade rural desenvolvida na condição de segurado especial, eliminando a apresentação de documentos hoje exigidos. A execução do cadastramento é uma parceria entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Receita Federal, INCRA e Ministério da Previdência Social.

Como se vê, o objetivo é dos melhores, desde que executado com seriedade procurando identificar aqueles produtores rurais que realmente executam as atividades rurais sem o concurso de empregados. Preocupa, entretanto, é quando constatamos pela imprensa, no Jornal “O Paraná”, edição de 29 de maio de 2010, sob o título “Liberação de benefícios para os agricultores será mais ágil”, notícia da declaração de uma autoridade: “mesmo com o acréscimo no número de aposen-

tados e despesas, vale a pena executá-lo. O gasto da previdência tem um peso no orçamento, mas a aposentadoria é um direito de qualquer trabalhador”.

Estas palavras nos levam a imaginar que basta comprovar o envolvimento de alguma forma com a atividade rural, sem que seja necessário comprovar a contribuição incidente sobre o valor bruto da produção agropecuária comercializada, conforme estabelece a Lei nº.8.212/91-artigo 25. Se assim se confirmar, lembramos que muitos produtores rurais, mercedores também de uma aposentadoria, só a obterão após comprovação do recolhimento de contribuição individual (em carnê mensal), além daquela que efetua obrigatoriamente quando comercializa a produção agropecuária ao sofrer a incidência de 2,1% (dois e um décimo por cento) sobre o valor bruto da mesma. E porque assim? Porque a Lei, que está determinando a execução do cadastramento para beneficiar parte dos produtores, prejudica aquele que, também desenvolvendo a atividade agropecuária em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, não será cadastrado. Motivo: porque no cadastro do INCRA consta que sua propriedade tem área superior a quatro módulos fiscais. Está sendo definido enquadramento previdenciário pelo tamanho do estabelecimento, neste caso o “estabelecimento rural”.

Lembramos que o art. 195, § 8º da Constituição Federal define que o segurado especial é o produtor proprietário, o parceiro, o meeiro e o arrendatário e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. E ainda, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção.

Portanto para o reconhecimento da condição de segurado especial não há exigência constitucional do tamanho da propriedade e sim de contribuição. Entendemos, assim, que o cadastramento como está anunciado, não mostrará a realidade, prejudicando o reconhecimento de direito. Nem sempre a pequena ou média propriedade é sinônimo da inexistência de empregados. Ainda mais quando é utilizada a referência “módulo fiscal”, que se altera de região para região e de município para município.

“ O objetivo é dos melhores, desde que executado com seriedade procurando identificar aqueles produtores rurais que realmente executam as atividades rurais sem o concurso de empregados ”



BB lança agência especializada em agronegócio em Curitiba

Foco é o agricultor empresarial da capital



Na foto, João Luiz Rodrigues Biscaia, diretor financeiro, Nilson Hanke Camargo e Pedro Loyola, ambos do DTE/FAEP

Fotos: Fernando dos Santos

Ricardo Borges, Cezar de Cól e Roberto Nardino, do Banco do Brasil



O Banco do Brasil anunciou na última semana uma novidade para os agricultores que residem ou trabalham em Curitiba e têm propriedades no interior. Agora eles contam com uma agência do BB com uma equipe especializada em agronegócio. O anúncio aconteceu durante uma reunião na sede da FAEP, na capital, com a presença do diretor Financeiro da entidade, João Luiz Rodrigues Biscaia.

“A ideia é centralizar as informações, as demandas desse público. Não tínhamos uma unidade de referência e sim 30 espalhadas pela cidade, mas não conseguíamos atender com qualidade essa demanda”, explicou o gerente Geral da Agência, Ricardo Borges.

O atendimento acontecerá na agência do Banco do Brasil no Batel e é uma antiga reivindicação da FAEP, que recebia muitos pedidos. Agora, os produtores contarão com uma unidade de referência e com um gerente especializado em agronegócio na capital. “Trabalhei no ramo cinco anos no Mato Grosso e mais dois no Pará. Queremos fortalecer a carteira, direcionando para investimentos na agropecuária paranaense”, afirmou Ricardo Borges, gerente de Relacionamento.

Ele informou que os financiamentos serão de acordo com a análise do projeto técnico apresentado, sempre visando o agricultor empresarial, com o custeio e investimento comercial. Desta forma, não haverá concessão de PRONAF na agência. Para este caso, os produtores devem procurar as agências da região metropolitana de Curitiba.

Mais informações diretamente na agência na Avenida Sete de Setembro, 4781, Batel. O telefone para contato é 41 3312 7200 e o e-mail age1522@bb.com.br

Rastreabilidade no Canadá

» A partir de 1º de julho todos os bovinos do Canadá utilizarão identificação eletrônica. Com a aposentadoria dos brincos convencionais o governo pretende aumentar a credibilidade do produto canadense. O programa teve apoio do governo e vai melhorar ainda mais o sistema de informação aos produtores.

O embargo não segurou

» Apesar do embargo americano à carne enlatada brasileira, o Marfrig deu um jeito. O frigorífico está mandando produto para os EUA de suas plantas no Uruguai e Argentina. O Marfrig possui 95 plantas em 13 países na América do Sul, América do Norte, Ásia, África e Europa. Difícilmente um embargo pega o Marfrig desprevenido.

O preço do boi dispara

» Calma, na Argentina. O preço subiu mais de 100% em um ano. É resultado da política de restrições às exportações para conter a inflação. Com isso, os investimentos foram cortados e a produção desestimulada. Diante da menor oferta de animais, os preços subirão.

Rússia quer mais fornecedores

» Por trás do embargo russo à carne brasileira está a busca por mais fornecedores. Hoje as exportações estão concentradas no Friboi e no Marfrig, e os preços já subiram 32%. As autoridades russas já iniciaram tratativas com frigoríficos médios e pequenos para tentar reverter essa situação.

Se é OGM eu quero!

» Foi isso que revelou uma pesquisa feita com os europeus. Os produtos OGM (transgênicos) são os preferidos por 61% dos consumidores. A preferência está muito ligada à diminuição da utilização de defensivos nas plantações.

Será que dá conta?

» A Arábia Saudita anunciou que pretende ser autossuficiente na avicultura. Hoje a avicultura de corte atende 60% da demanda interna, e eles já são autossuficientes em ovos. A Arábia Saudita é o nosso maior comprador em volume, em 2009 comprou 750 mil toneladas. O país está investindo R\$17 bi para elevar a sua produção. Especialistas, porém, afirmam que o país continuará a ser um grande comprador nos próximos anos. Será?

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**
fabricao.monteiro@faep.com.br

Mulheres e Automóveis

A WebMotors fez uma pesquisa sobre os melhores automóveis, segundo as mulheres. Esse foi o resultado. Elas, em geral, valorizam o conforto, a facilidade de condução e a segurança em um carro. Acessórios como porta-objetos, espelhos e maçanetas que não estragam as unhas são bem importantes. Espaço para as crianças no banco traseiro e para o transporte de acessórios no porta-malas também costumam atrair o público feminino. Já potência de motor e mecânica sofisticada não exercem o mesmo efeito hipnótico que se observa entre homens.

- | | |
|----------------------|-------------------|
| 1º Citroën C4 Pallas | 6º Fiat Punto |
| 2º Citroën C3 | 7º Nissan X-Trail |
| 3º Fiat Idea | 8º Volvo V50 |
| 4º Honda Fit | 9º Volvo XC90 |
| 5º Nissan Tiida | 10º Honda Civic |

Arquivo



Alimentos seguram a inflação

Os alimentos foram o item que mais contribuiu para a queda da inflação em maio. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para esse segmento ficou em 0,28% no mês, inferior à taxa de abril que foi de 1,45%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dia 9. O valor global do IPCA fechou em 0,43% para o mês passado.

O tomate foi o produto com maior redução entre abril e maio apresentando baixa de 23,78%. Açúcar cristal (-7,66%), pescado (-5,26%), cenoura (-4,90%), hortaliças (-4,75%), frutas (-3,62%), óleo de soja (-2,57%), farinha de trigo (-1,42%) e café moído (-0,54%) também registraram queda.

Para o cálculo do IPCA de maio foram comparados preços coletados no período de 29 de abril a 28 de maio deste ano com os valores vigentes entre 30 de março a 28 de abril. O índice, elaborado pelo IBGE desde 1980, abrange nove regiões metropolitanas, além de Goiânia e Brasília. (Laila Muniz com informações do IBGE).

FALECIMENTO

O Sistema FAEP lamenta o falecimento do **Sr. Mário Zanetta**, diretor e fundador do Sindicato Rural de Sertãoópolis, ocorrido no último dia 06, naquela cidade do norte paranaense.



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto (licenciado)
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Cynthia Calderon (redatora)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Simon Taylor | Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O grupo que participou do seminário em Cascavel



Divulgação

Uma oficina de eficiência

O trabalho do Departamento Sindical

Três vezes por ano, técnicos do Departamento Sindical da FAEP reúnem dezenas de funcionários novatos de Sindicatos Rurais e desencadeiam oficinas destinadas a treinamento e capacitação para melhor atender aos produtores. Cumprem na verdade mais uma etapa do PDS - Programa de Desenvolvimento Sindical que atinge os 184 sindicatos filiados ao Sistema FAEP. Nos dias 17 e 18 próximos ocorrerá uma oficina, em Curitiba, onde esses funcionários vão adquirir conhecimentos sobre a estrutura sindical brasileira, a importância da filiação sindical rural. Se habilitam ainda a prestar serviços aos produtores sindicalizados no âmbito da infernal burocracia nacional, alimentada por certidões, formulários, declarações, registros e portarias.

Para quem passa pela estrada poeirenta ou pavimentada num final de tarde e se depara com o cenário bucólico do viço de lavouras cercan-do a sede de propriedades, não imagina que o produtor tem tanto ou mais trabalho em destrinchar a papelada do que semear e colher. Há dois anos no comando do Departamento Sindical, o advogado Eleutério Czornei interpreta as oficinas sindicais como “a grande forma dos sindicatos terem profissionais motivados e preparados para prestar serviços de qualidade aos produtores rurais”. Na oficina de Curitiba (Hotel Nikko), além de Czornei, serão instrutores os profissionais do Departamento Sindical, Maurinei Igerski e Benedito Silva.

Seminário

A FAEP, através do Programa de Desenvolvimento Sindical, realizou um seminário sobre o Mapa do Poder e Participação Política, nos dias 10 e 14 de junho. Os eventos aconteceram em Cascavel e Arapongas e foram coordenados pelo Departamento Sindical da FAEP. O objetivo desses seminários é orientar os participantes no relacionamento com os três poderes: legislativo, executivo e judiciário e o advogado e ex-procurador do Estado, Joel Coimbra, ministrou o evento.

“ Oficinas sindicais são a grande forma dos sindicatos terem profissionais motivados e preparados para prestar serviços de qualidade aos produtores rurais”

ELEUTÉRIO CZORNEI,
coordenador do
Departamento
Sindical



Em ritmo de **Copa**

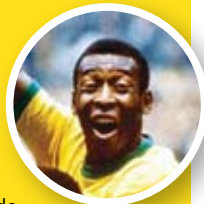
A Copa do Mundo da África já começou e está todo mundo ligado na seleção brasileira que busca o hexacampeonato mundial. Por isso, para dar uma mãozinha ao "clima" de Copa, o Boletim da FAEP traz alguns números, fatos históricos e curiosidades do maior evento esportivo do planeta que está em sua 19ª edição.

⚽ CURIOSIDADES

- ⊕ Na Copa do Uruguai (1930) um jogador chamou a atenção. O uruguaio Héctor Castro **não possuía uma das mãos**. Em função do problema físico e de sua habilidade com a bola no pé, ganhou o apelido de "o divino manco";
- ⊕ Na copa de 1934 o Brasil passou da primeira fase sem jogar, pois o Peru, seu único adversário, desistiu;
- ⊕ Na Copa do Mundo de 1934, na Itália, o jogador da seleção italiana Luigi Bertolini entrou em campo com faixas de pano enroladas na cabeça. A idéia era se proteger já que as costuras das bolas da época eram grosseiras e costumavam ferir a pele dos jogadores nos cabeceios;
- ⊕ Ainda em 1934, outro fato curioso. O jogador da seleção suíça Leopold Kielholz **jogou usando óculos**. Mesmo assim, foi capaz de marcar três gols;

⚽ RECORDES E NÚMEROS

⊕ **Pelé**, em 1958, foi o jogador mais jovem presente numa final. Com exatos 17 anos e 249 dias ele participou da vitória do Brasil sobre a Suécia;



⊕ O maior público em uma partida de Copa aconteceu no Brasil, em 1950. Na final contra o Uruguai, 199.854 torcedores estiveram presentes no Maracanã, no famoso Maracanazo, quando a seleção brasileira foi derrotada por 2 a 1;

⊕ A Argentina é campeã em cartões vermelhos acumulados em Copas. São dez no total. A seleção canarinho não fica muito atrás. São nove expulsões para os brasileiros.

⚽ OS CAMPEÕES

Uruguai (1930) ⊕ Itália (1934) ⊕ Itália (1938) ⊕ Uruguai (1950) ⊕ Alemanha (1954) ⊕ **BRASIL** (1958) ⊕ **BRASIL** (1962) ⊕ Inglaterra (1966) ⊕ **BRASIL** (1970) ⊕ Alemanha (1974) ⊕ Argentina (1978) ⊕ Itália (1982) ⊕ Argentina (1986) ⊕ Alemanha (1990) ⊕ **BRASIL** (1994) ⊕ França (1998) ⊕ **BRASIL** (2002) ⊕ Itália (2006)

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____



⊕ Na Copa do Mundo de 1938, na França, o jogador brasileiro Leônidas marcou um gol **descalço**, na vitória brasileira sobre a Polônia, por 6 a 5;

⊕ Na Copa da Suíça (1954) um fato causou preocupação durante o jogo entre Uruguai e Hungria. Após fazer o gol de empate para sua seleção, o uruguaio Juan Eduardo Hohberg desmaiou em campo. Ele recebeu atendimento médico e se recuperou no hospital;

⊕ Na semifinal da Copa de 1962, o Brasil venceu o Chile por 4x2 e **Garrincha** foi expulso; seu julgamento seria no dia seguinte. Entretanto, o bandeirinha uruguaio Esteban Marino, como era muito amigo dos brasileiros, embarcou para o Uruguai e levou a súmula da partida. Garrincha acabou absolvido por falta de provas e o Brasil foi campeão.

